



Revista Brasileira de História da Educação

ISSN: 2238-0094

Sociedade Brasileira de História da Educação

Chiozzini, Daniel Ferraz; Leal, Luciana Silva  
As alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (1889-1910)  
Revista Brasileira de História da Educação, vol. 22, e213, 2022  
Sociedade Brasileira de História da Educação

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e213>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576170157024>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

UAEM [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa  
acesso aberto

# AS ALUNAS NEGRAS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO (1889-1910)

The black students of the Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (1889-1910)

Las alumnas negras de la Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo (1889-1910)

DANIEL FERRAZ CHIOZZINI<sup>1\*</sup> LUCIANA SILVA LEAL<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <sup>2</sup> Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: danielchiozzini@yahoo.com.br.

---

**Resumo:** O presente texto é parte de uma investigação acerca do processo de escolarização de meninas pretas e pardas na Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, entre os anos de 1889 e 1910, instituição que tinha como objetivo amparar e instruir meninas órfãs. Foram investigadas onze alunas identificadas como pretas ou pardas na documentação da escola, constituída por livro de matrícula, registros paroquiais e os boletins de notas. Buscou-se investigar se havia alguma diferenciação nas práticas educativas oferecidas a elas e a trajetória percorrida do ingresso até a saída da escola. Para compreender o sentido da categoria cor, a pesquisa dialogou com Mattos (2013) e Muller (2008a, 2008b).

**Palavras-chave:** história da educação; populações negras; história das mulheres; Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo.

**Abstract:** This text is part of an investigation into the process of schooling black girls at the Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, in Petrópolis, between 1889 and 1910, which aimed to support and instruct the orphaned girls. Eleven students identified as black in the school's documentation, consisting of an enrollment book, parish registers and grade sheets were investigated. We sought to investigate whether there was any differentiation in the educational practices offered to them and the path taken from entering school to leaving school. To understand the meaning of the color category, the research dialogued with Mattos (2013) and Muller (2008a, 2008b).

**Keywords:** history of education; indigenous populations; history of women; Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo.

**Resumen:** Este texto es parte de una investigación sobre el proceso de escolarización de niñas negras en la Escuela Doméstica Nossa Senhora do Amparo, en Petrópolis, entre 1889 y 1910, que tuvo como objetivo apoyar e instruir a niñas huérfanas. Se investigaron once estudiantes identificados como negros en la documentación de la escuela, que consta de un libro de matrícula, registros parroquiales y hojas de calificaciones. Buscamos investigar si hubo alguna diferenciación en las prácticas educativas que se les ofrecen y en el camino recorrido desde el ingreso hasta el egreso de la escuela. Para comprender el significado de la categoría color, la investigación dialogó con Mattos (2013) y Muller (2008a, 2008b).

**Palabras clave:** historia de la educación; poblaciones negras; historia de las mujeres, Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo.

---

## INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro, durante a Primeira República, não desenvolveu estratégias para amparar e instruir os ex-escravizados. Como ressaltava Maria Lucia Rodrigues Muller (2008a, p. 50), “[...] depois de 13 de maio de 1888, não se cogitou na formulação de políticas que os integrassem à sociedade nacional”. No entanto, isso não significa dizer que a população negra, ex-escravizada ou não, não tenha frequentado a escola, como revela o estudo de Adriana Paulo da Silva, ‘A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista’. Apesar de o recorte temporal da autora ser anterior ao desta pesquisa, seu trabalho corrobora a afirmação de que os negros tiveram acesso à escolarização:

Tratou-se de uma escola primária particular, desvinculada do aprendizado de ofícios específicos e urbana (na freguesia de Sacramento), destinada a atender meninos ‘pretos e pardos’ – cuja maioria dos pais não possuía sobrenome e nem assinatura própria –, criada em 1853 por um certo professor que se autodesignou ‘preto’ (Silva, 2012, p. 149, grifo do autor).

Pesquisas que busquem retratar os processos de escolarização de negros, escravizados ou não, se fazem prementes. De acordo com Muller (2008b, p. 20, grifo do autor): “[...] pesquisar a história de grupos negros é construir a história do ‘excluído da história’, daquele de quem se encontram poucas marcas, porque não se considerou importante guardar o registro de sua presença”.

Diante deste quadro, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo ganha relevância, pois se trata de uma instituição que recebeu meninas negras. Foi possível localizar alunas pretas e pardas que fizeram parte da instituição entre os anos de 1889 e 1910. Maiores informações sobre o processo de escolarização dessas alunas aqui mapeadas podem ser encontradas nos trabalhos de Leal (2016, 2017) e Parisi Neto (2003). Esse último autor, no entanto, investigou a escola em outro recorte temporal, 1864-1889, com foco nas motivações e estratégias adotadas pelo seu fundador, Padre Siqueira, para institucionalizá-la.

Além de identificar alunas negras no Amparo, buscou-se investigar o tipo de educação que recebiam; ou seja, quais disciplinas cursavam, como eram avaliadas, como esse processo poderia influenciar a trajetória delas e se havia algum tratamento diferenciado que fosse relacionado à cor.

Os primeiros documentos pesquisados foram os livros de matrículas. No entanto, como estes não revelaram a cor das alunas, foi necessário o cotejamento com outros documentos fornecidos pela escola, como registros paroquiais, atestados médicos e cartas dos chamados benfeitores da instituição. Foi analisada a

documentação de 62 matriculadas entre os anos de 1889 e 1910<sup>1</sup>, o que resultou na localização de onze alunas pretas e pardas e duas brancas. A documentação analisada não possibilitou a identificação da cor de 49 alunas matriculadas no mesmo período.

A pesquisa também localizou, a partir das fotografias do *Livro de memórias do Amparo*, duas professoras negras. Uma professora foi aluna da instituição, em um período anterior ao recorte temporal desta pesquisa, ingressando em 1872; já a outra foi aluna do Asilo Furquim em Vassouras entre os anos de 1897 e 1904. Portanto, não serão objeto de análise.

## AS ALUNAS NEGRAS DA ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO



Foto 1 - Padre Siqueira e as alunas da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (EDNSA) c.1871. Fonte: Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

<sup>1</sup> O conjunto documental pesquisado encontra-se referenciado como Andrade (1871), Barros (1887, 1889, 1890, 1892, 1893, 1894, 1902), Conceição (1901), Dorcas (1902) e Pia (1907).



Foto 2 - Desfile das alunas do Amparo. Anônimo. SD.  
Fonte: Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

De todas as fotografias pesquisadas, a Foto 1 é a única com data aproximada, 1871, ano de fundação da instituição. Nela é possível ver o fundador da escola em primeiro plano; em segundo plano, aparecem pouco mais de trinta meninas, as primeiras alunas do Amparo. Apesar de a foto não ser tão nítida, é perceptível a presença de algumas alunas negras no referido período, exatamente quando, conforme Parisi Neto (2003), a escola institucionalizou a educação doméstica. Segundo afirma, Padre Siqueira, fundador da instituição, entendia as mulheres como “[...] o gérmen revitalizador da tradição, da moral, dos costumes que caracterizavam a Igreja naquele período [...]”, podendo ser perigoso caso fosse “[...] abandonado ou não bem dirigido” (2003, p. 83).

A Foto 2, localizada no Museu Imperial da cidade de Petrópolis<sup>2</sup>, é um dos raros registros de um desfile de alunas da escola Nossa Senhora do Amparo. A imagem não tem data e, de acordo com Muller (2008a), fotos sem data são um obstáculo que impede a construção de uma linha do tempo. Contudo, podemos observar pelos cortes de cabelo das alunas que a imagem é posterior ao recorte temporal foco desta pesquisa. A nitidez da foto permite a visualização de algumas alunas negras, reforçando, portanto, os argumentos de Leal (2017) e Parisi Neto (2003) de que a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sempre recebeu meninas negras.

<sup>2</sup> Segundo informações obtidas durante a visita, o fundador da instituição era amigo do imperador Dom Pedro II e, por essa razão, o Museu Imperial guarda documentos relacionados ao Amparo.

Embora não tenham sido localizadas fotos de alunas entre os anos de 1889 e 1910, os registros mostram que existiam alunas pretas e pardas antes e depois do recorte temporal desta pesquisa. Os dois registros reiteram a necessidade de compreensão acerca do processo de escolarização dessas meninas, assim como de sua relação com a cor de pele das alunas.

## A PRESENÇA NEGRA

Além das fotografias, Parisi Neto (2003, p. 18) afirma que, “[...] em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871 [...], entram em cena as ingênuas, que passaram, a partir desta data, a ser admitidas pela instituição”. O estudo realizado por Leal (2017, p. 35) também reforça essa constatação, apresentando uma tabela com a quantidade de alunas que, segundo a documentação, foram identificadas como negras: “[...] este inventário de informações [...] tornou possível afirmar que a instituição não fez distinção de cor, já que verificamos a presença significativa de alunas negras”. Tais dados estão reproduzidos na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Alunas matriculadas que tiveram documentos encontrados entre os anos de 1889 e 1910.

Ano	Matrículas	Negras	Branças	Cor não identificada	Documento que comprova cor
1890	4	1	1	2	Certidão de batismo
1891	8	3	1	4	Certidão de batismo
1892	5	2	0	3	Certidão de batismo
1893	0	0	0	0	0
1894	1	1	0	0	Carta de condição social
1898	1	0	0	1	0
1899	4	0	0	4	0
1900	17	0	0	17	0
1901	2	0	0	2	0
1902	1	1	0	0	Certidão de nascimento
1906	7	1	0	6	Atestado de condição social e vacina
1907	2	0	0	2	0
1909	7	2	0	5	Atestado de vacina
1910	3	0	0	3	0
Total	62	11	2	49	

Fonte: Leal (2017, p. 35).



Cabe destacar que a documentação sobre as alunas se encontra esparsa em um conjunto de pastas organizado apenas por ordem cronológica. Mesmo o livro de matrículas não possui um padrão de preenchimento e de documentação a ser anexada. Também não há algo que se aproxime de um ‘prontuário’ de cada aluno, sendo necessário analisar cada uma das pastas disponíveis em busca de documentos que possam elucidar os casos que serão investigados adiante. Como exposto no quadro acima, mesmo a tipologia do documento que permite identificar a cor da aluna é variada.

Algumas dessas alunas foram batizadas no período anterior à abolição. Mesmo sendo consideradas livres desde 1871 pela Lei do Ventre Livre, eram filhas de mulher escravizada. Sendo assim, o livro de batismo no qual foram registrados os seus assentos era diferente daquele em que se registravam<sup>3</sup> os assentos dos filhos das pessoas livres, mesmo que fossem negras. Portanto, as certidões de batismo tiveram uma crucial importância para este trabalho de investigação, pois foi a partir delas que os primeiros indícios das alunas negras recebidas pelo Amparo foram encontrados. Diante dessas ‘poucas marcas’, foi preciso atentar-se ao que assevera Ginzburg (1989, p. 177): “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”. Ou seja, partiu-se em busca dessas zonas privilegiadas.

Percebe-se que nem todas as alunas apresentaram o documento de batismo como certidão de idade ao serem matriculadas. Das 62 meninas matriculadas entre os anos de 1889 e 1910, 31 apresentaram declaração de batismo; 6 apresentaram carta de solicitação de admissão<sup>4</sup>; 17 apresentaram ordem judicial<sup>5</sup>; 4 apresentaram certidão de nascimento<sup>6</sup>; 4 apresentaram declaração de indigência, mas só 1 foi redigida por um pároco, como determinava o estatuto criado por padre Siqueira<sup>7</sup>. Duas foram emitidas por um delegado de polícia e uma por um médico. Havia certa flexibilidade em relação à documentação apresentada. Os artigos do Capítulo V do *Relatório da Escola* de 1889 (Barros, 1889, p. 80) tratam sobre a admissão das meninas, com o cumprimento de algumas exigências:

<sup>3</sup> Tal procedimento era obrigatório conforme a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

<sup>4</sup> Carta redigida por membros da congregação ou da elite petropolitana solicitando à instituição que admitisse a menina.

<sup>5</sup> A maioria das ordens judiciais foi emitida entre os anos de 1899 e 1900, sendo uma em 1901.

<sup>6</sup> Somente a partir de 1902.

<sup>7</sup> Não se teve acesso aos manuscritos dos estatutos. A análise que se fez deles se deu a partir de publicações realizadas nos jornais *Correio Paulistano* e *Correio Mercantil*, bem como das transcrições de autores que tiveram acesso a esses documentos, como Baggio (1987), Hóstia (2013), Parisi Neto (2003), Santo Deus e Silva (2014), Leal (2016) e Leal (2017).

## Capítulo V

## Admissão

- Art. 12. Serão somente admittidas meninas pobres e totalmente desvalidas, de 6 a 10 annos de idade, sem distincção de classe, côr ou origem, de accordo com § unico do art. 2º.
- Art. 13. Nenhuma menina será recebida sem ordem escripta do diretor.
- Art. 14. Esta ordem será dada no mesmo requerimento apresentado pelos pais, tutor ou protector da menina.
- Art. 15. A petição alludida trará o nome, estado e residencia do supplicante; nome, filiação, naturalidade e idade da menina, e será instruida com os seguintes documentos:
- 1º Certidão de idade, provando não ter a menina menos de 6 annos, nem mais de 10 annos.
  - 2º Attestado do parocho respectivo, declarando o estado de indigencia.
  - 3º Certidão de obito de seus pais, sendo orphãs.
  - 4º Attestado medico, declarando que a menina foi vaccinada e não soffre molestia incuravel ou contagiosa.

Apesar de o artigo 12 afirmar que só seriam admitidas meninas totalmente desvalidas, ao longo da pesquisa foi possível perceber que havia certa maleabilidade em relação às admissões, principalmente quando estas eram solicitadas por algum membro da congregação. Mesmo não sendo uma exigência, a certidão de batismo foi o documento encontrado em maior quantidade, pois era a forma de registro social individual comum no período. Segundo Bassanezi (2009, p. 149), no caso brasileiro, muitos registros de batismo contêm informações como “[...] o local do batizado, a condição social dos pais (escravo, forro ou crioulo), a naturalidade dos pais ou nomes de avós paternos e maternos [...] a naturalidade, o estado conjugal, a ocupação dos padrinhos [...]”.

Conforme já mencionado, o documento utilizado para comprovar a idade foi a ‘certidão de idade’, solicitada no primeiro parágrafo do 15º artigo. Essa documentação foi essencial para a pesquisa identificar as alunas negras do Amparo, e sua análise mostrou que, das oito meninas negras que apresentaram a certidão de batismo, seis foram batizadas antes de 1888; suas certidões traziam a informação de que seus assentos haviam sido registrados no livro de batismo de ingênuos<sup>8</sup> e que suas mães eram ‘escravas’. Mesmo não mencionando a cor da criança, essas informações nos possibilitaram classificá-las como negras. Ou seja, atentos aos detalhes, sabemos que “[...] minúsculas particularidades paleográficas [...] empregadas como pistas [...] permitiam reconstruir” (Ginzburg, 1989, p. 177) uma parte da vida dessas meninas.

<sup>8</sup> Segundo Chalhoub (2003), termo cheio de intencionalidades para designar os filhos de mulheres escravizadas que nascessem a partir de 1871.



Encontrar alunas negras na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo corrobora uma historiografia que, a partir de meados dos anos 2000, busca indícios da presença dessa população nos bancos escolares mesmo antes da abolição, suprimindo uma carência assinalada por Lucindo (2016, p. 308):

Por muito tempo, a historiografia da educação se limitava a informar que escravizados não podiam frequentar escola e dava ênfase à educação popular na Primeira República. No entanto, as mudanças historiográficas sobre a escravidão permitiram que se vislumbresse a participação de escravizados no mundo letrado [...]. Entretanto, isso não significou estudar os processos de educação de africanos e afrodescendentes.

De acordo com os estudos de Mattos (2013), os registros paroquiais deixam de mencionar a cor já na segunda metade do século XIX. Ainda segundo a autora, “[...] o sumiço do registro da cor consiste num dos processos mais intrigantes e irritantes ocorridos no século XIX” (Mattos, 2013, p. 105), e também do início do século XX. Conforme Mattos (2013), cria-se a ‘ausência de cor’, que podemos constatar, por exemplo, nas certidões de batismo de duas meninas emitidas após a abolição de 13 de maio de 1888: elas não fazem referência à cor e não mencionam mais os termos ‘ingênuo’ e ‘escravo’. No início do pós-abolição, nas palavras de Mattos (2013, p. 281), “[...] novas identidades sociais precisariam ser construídas [...]”, e estas tornavam-se invisível o negro, dificultando sua localização na historiografia.

É interessante salientar que, das onze meninas negras encontradas por esta pesquisa, só duas foram referidas como pretas, a maioria era identificada como parda. Ainda com base em Mattos (2013, p. 102, grifo do autor), “[...] o uso das expressões ‘negro’ e ‘preto’ referia-se diretamente à condição ‘escrava’ [...] os nascidos livres eram brancos ou pardos”.

A ausência de diferenciação da cor se fez presente também nos documentos do Amparo. Segundo Parisi Neto (2003, p. 71), “[...] há poucas informações sobre a cor das educandas [...] do total de 165 alunas da escola, constatei a partir de cinco certidões de nascimento [...] que quatro crianças são denominadas como pardas”. A afirmação permite afirmar que, se o ocultamento da cor foi um fenômeno que se acentuou pós-abolição, é possível que, no recorte desta pesquisa, muitas das alunas negras tenham tido suas histórias silenciadas, na medida em que eram apenas genericamente caracterizadas como desvalidas. Ao não fazer distinção de cor, a escola operava um processo já descrito por Mattos (2013, p. 107):

O crescente processo de indiferenciação entre brancos pobres e negros e mestiços livres teria levado, por motivos opostos, à perda da cor de ambos. Não se trata necessariamente de branqueamento.

Na maioria dos casos, trata-se simplesmente de silêncio. O sumiço da cor referencia-se, antes, a uma crescente absorção de negros e mestiços no mundo dos livres, que não é mais monopólio dos brancos.

Esse silenciamento, esse sumiço da cor tornou cada vez mais difícil localizar as alunas negras do Amparo. Como verificamos na Tabela 1, entre os anos de 1889 e 1900, foram encontradas sete alunas negras; já entre os anos de 1901 e 1910, encontraram-se apenas quatro, um exemplo daquilo que Mattos (2013) identifica como ‘ausência de cor’. Diante das considerações de Mattos (2013) e de Muller (2008a, 2008b), bem como das fotografias<sup>9</sup> que mobilizaram o argumento inicial deste artigo, pode-se afirmar que o silêncio dos documentos em relação à cor das alunas inviabilizou esta pesquisa a encontrar um número maior de meninas negras.

Mesmo que a pesquisa não tenha localizado mais do que 20% de alunas negras entre as 62 matriculadas nos anos de 1889 e 1910, fez-se pertinente descobrir quem eram elas, como se chamavam, como chegaram à escola e como viviam dentro dela.

## AS IDENTIDADES DAS ALUNAS NEGRAS

Os documentos das alunas estavam arquivados em algumas pastas que, na ocasião da pesquisa, eram separadas apenas por data. Essa documentação passaria por restauro, porém foi dada autorização para que a análise se desse antes da restauração. A orientação era a de tomar o máximo cuidado para que as datas não fossem alteradas, bem como a posição dos documentos. As pastas estavam datadas a partir de 1889, indo até 1910, no entanto isso não significou que foi encontrada documentação referente a alunas em todos esses anos. Por não terem passado por tratamento na época da consulta, não havia só documentos relacionados às alunas, existiam, também, vários outros guardados nas pastas, e o único critério de guarda até aquele momento eram as datas.

Optou-se, aqui, por apresentar as alunas negras de acordo com as datas de matrícula, as quais, por sua vez, estavam relacionadas às datas registradas nas pastas. Em alguns casos, havia também o registro do motivo de terem se desligado da escola e a data, além dos boletins das alunas.

A primeira pasta em que se encontrou documentação sobre as alunas foi a de 1890. Nesse ano, foram matriculadas quatro meninas, porém só no registro de uma delas havia indícios que possibilitaram classificá-la como negra. Outra menina trazia em seu documento de batismo a cor branca. Na documentação das duas restantes, além de não ter nenhuma informação sobre a cor, não havia termos que geralmente eram utilizados para fazer referência às crianças negras nascidas de mãe escravizada.

<sup>9</sup> Conforme mencionado inicialmente, as fotos da instituição presentes em um conjunto documental localizado no Museu Imperial, ainda que sem identificação, sempre mostram crianças negras, a exemplo da que reproduzimos neste artigo.

A menina negra matriculada no ano de 1890 chamava-se Iria. No seu certificado de batismo, havia a seguinte informação:

Certifico que na folha 139 do livro de assentos de batizados de ingenuos, acha-se o assento do teor seguinte: aos cinco dias do mez de novembro de mil oitocentos e oitenta dois, o Pe. Manoel Rodrigues Pereira baptizou solenemente e pôs aos Santos a ingenua Iria de cor parda que nasceu em vinte de outubro do corrente ano, filha natural de Albertina, escrava do Padre Antônio Rodrigues da Rocha (Carvalho, 1890).

O livro de batismo em que foi registrado o assento de Iria era específico para crianças filhas de mães escravizadas. Tal especificidade já seria suficiente para classificá-la como negra, porém, nessa certidão, havia mais dois elementos que auxiliaram na comprovação da cor: o padre se referiu a ela como parda, além de afirmar que sua mãe era ‘escrava’ do padre Antonio. Ou seja, o documento de Iria trazia três indícios sobre sua cor. A partir dela, as alunas negras do Amparo passariam a ter nome.

Ao constatar o nome de Iria no índice de matriculadas, vê-se que, na parte de trás do atestado de batismo, está anotado<sup>10</sup> o número 169 e o ano de 1890, fazendo referência à página e ao ano em que a matrícula foi realizada. Apesar de o nome de Iria aparecer no índice das matriculadas, a página 169 não foi localizada, passando da 168 para 171.

No ano de 1891, foram encontrados os documentos de oito meninas matriculadas; destas, três foram identificadas como negras e uma como branca. Na documentação das outras quatro meninas, não havia nenhum dado que possibilitasse a identificação da cor. Do mesmo modo que Iria, as três alunas negras do ano de 1891 apresentaram o registro de batismo, no qual havia a informação de que seus assentos foram localizados no *Livro de Batismo de Ingênuos*.

Para a egressa Monica, o vigário Sebastião Gama certifica que seu assento de batismo foi encontrado na folha 138. Segundo o vigário, Monica nasceu em dezembro de 1881 e foi batizada em 15 de abril de 1882. Ele ainda afirmou que a mãe da menina se chamava Porcia e era ‘escrava’ do comendador Antônio Joaquim Joanes Ribeiro. Já o livro de matrícula traz as seguintes informações: que a menina foi registrada na página 177 no dia 8 de março de 1891, a pedido da senhora Maria das Graças Dorcas Pinto<sup>11</sup>, a mesma pessoa que fez a solicitação de retirada da menina quando esta tinha aproximadamente 13 anos, em 11 de janeiro de 1895.

A identidade da pessoa responsável pela matrícula e a daquela encarregada da saída das alunas são consideradas, nesta pesquisa, informações de suma importância. Tais ações são reveladoras não apenas de laços de parentesco mas também de possíveis

<sup>10</sup> Este era um procedimento usual, visto que em toda a documentação analisada nesta pesquisa há esta informação. Por esse motivo, no presente texto, optou-se por não repetir este dado quando forem apresentadas as outras alunas.

<sup>11</sup> ‘Membro protetor’, o qual tinha direito a indicar uma aluna por ano.

relações de poder (e de exploração) entre negros e brancos, como será analisado adiante. O fato de que os responsáveis pela matrícula das meninas poderiam requisitá-las anos depois para serviços privados, como vê-se nos casos aqui apresentados, indica que a escola cumpria o papel de manutenção das relações senhoriais e de exploração dessas meninas. A empiria aqui analisada permite, portanto, ir ao encontro de uma tendência historiográfica atual que, segundo Lucindo (2016, p. 308), considera que as “[...] desigualdades raciais deixaram de ser entendidas como um mero resultado do escravismo”. Cabe-nos investigar como instituições educativas, tal como a Escola Doméstica N. S. do Amparo, contribuíram para esse processo.

Continuando a apresentação das alunas matriculadas em 1891, encontra-se Lia, cujo documento de batismo também foi assinado pelo vigário Sebastião Gama. Padre Sebastião informou que Lia, de sobrenome Jesus, nasceu em 29 de janeiro de 1881 e foi batizada em 1º de abril do mesmo ano, sendo filha de Eleodora, ‘escrava’ do sr. Joaquim Ribeiro. De acordo com o livro de matrículas, o ingresso da menina na escola foi registrado na página 181 no dia 11 de março de 1891, aos 10 anos de idade, por solicitação de dona Maria Carolina Gomes Pereira, a mesma pessoa que solicitou a retirada da menina em 2 de outubro de 1898, quando esta tinha aproximadamente 17 anos. Segundo a data da documentação, a declaração do vigário foi emitida um mês depois da matrícula, sendo uma exceção em relação aos demais casos. No caso de Lia, uma mulher branca, apontada como benfeitora da instituição, da qual não se sabe se com algum laço familiar com o pai da criança, foi responsável pela entrada e pela saída da menina da instituição.

A situação é semelhante à de Maria Ondina, que nasceu em 5 de agosto de 1882 e foi batizada em 4 de outubro do mesmo ano, sendo filha de Angela, ‘escrava’ de José Belmiro França, como consta em seu atestado de batismo assinado pelo padre Urbano da Silva Monte. O padre não mencionou a cor da menina, mas afirmou que sua mãe era ‘escrava’. Com base em informações do livro de matrícula, Maria Ondina foi matriculada na página 182 em 17 de março de 1891, no ano em que faria 9 anos. O nome da pessoa que solicitou a sua matrícula está ilegível. A aluna foi retirada da instituição em 12 de outubro de 1898, aos 16 anos de idade, por solicitação de sua madrinha D. Ignez de Azevedo, conforme consta no mesmo livro.

A pesquisa localizou também a documentação de cinco meninas matriculadas no ano de 1892; destas, duas puderam ser classificadas como negras. Uma delas foi Dinorah, batizada em 24 de agosto de 1882. O padre Eurípedes Calmon Nogueira, que assinou seu atestado de batismo, informou que a menina havia nascido três meses antes da data do batismo, não especificando o dia nem a folha na qual o assento foi encontrado. Apesar de não ter informado a cor da menina, afirmou que o seu assento foi encontrado no *Livro de Batismo de Ingênuos* e que sua mãe era Rosalina, ‘escrava’ do major José Barbosa dos Santos. Como aconteceu com a egressa Iria, no índice de matriculadas consta o nome de Dinorah na página 194, porém no livro tal página não foi encontrada, pois da página 192 passa-se para a 195. Pela numeração é possível

inferir que a matrícula tenha sido realizada no ano de 1892, quando a menina estava com 10 anos. Como a página não foi localizada, não foi possível saber quem solicitou sua matrícula, sua retirada, nem como, quando e por que Dinorah deixou a instituição.

A segunda aluna identificada como negra entre as matriculadas em 1892 é Maria Joaquina, que teve seu certificado de batismo redigido pelo vigário João. Este informou ter encontrado na folha 138 o assento da menina. Segundo o padre, ela foi batizada em 9 de novembro de 1882 e era filha de Clementina, ‘escrava’ do capitão Antônio Francisco Nunes. O vigário não informou a data de nascimento. O livro de matrículas traz registrado o nome de Maria Joaquina na página 196 no dia 14 de abril 1892. Não consta a informação de quem solicitou sua matrícula. Sua retirada, no entanto, foi solicitada pelo governo do estado do Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 1900, quando ela tinha aproximadamente 17 anos, para que fizesse companhia a um senhor chamado José Thomas de Almeida<sup>12</sup>. Não foi possível saber a razão pela qual o governo solicitou a retirada da aluna nem a que se refere o termo ‘companhia’. O fato é que, nesse caso, a saída da instituição não é solicitada por uma pessoa física, mas pelo governo estadual, que intermedeia a entrega de uma menina a um homem para ser sua ‘companhia’. Doze anos após a abolição da escravatura e onze após a Proclamação da República, o poder público carioca se movimentou para exercer um papel senhorial.

As seis alunas que foram matriculadas entre os anos de 1890 e 1892 apresentam alguns pontos em comum que merecem ser destacados. Todas elas tiveram seu assento de batismo registrado em um livro específico para crianças nascidas de mãe escravizada, pois foram batizadas antes de 1888, quando existia estatuto próprio para os escravizados e seus descendentes. Conforme mencionado anteriormente, estas fontes foram centrais na constatação da cor da criança. Os vigários que redigiram os documentos também atestaram que, quando as meninas foram batizadas, suas mães eram ‘escravas’ de uma determinada pessoa. Nenhuma delas teve em seu atestado a mãe identificada como livre ou liberta. É interessante salientar esta última informação, pois trabalhos como os de Muller (2008b) e Mattos (2013) indicam que, na última década do período escravista, a maioria da população negra já era liberta, o que não ocorreu com as mães das seis alunas do Amparo, pois, na ocasião em que suas filhas foram batizadas, elas ainda eram escravizadas.

Quanto à paternidade, nota-se a ausência do nome do pai na maior parte dos casos. A hipótese de o pai dessas crianças ser um homem branco, de posses, cujos filhos com negras foram resultado da perpetuação das relações de exploração, é a mais provável, porém é preciso trabalhar com outras possibilidades. O pai pode ter sido o ex-proprietário das mães ou alguém em condição jurídica semelhante a estas, ou seja, um homem escravizado. Pode ser ainda que o pai fosse um homem negro livre ou ainda um branco não necessariamente de posses. Caso o pai tenha sido o proprietário ou algum homem livre, é possível acenar à hipótese de que ele não tenha reconhecido a

---

<sup>12</sup> Não foram localizadas informações sobre José Thomas de Almeida.

paternidade da criança. No entanto, se foi um escravizado, é possível considerar também a hipótese de que ele tenha sido separado da mãe da criança por razões alheias à sua vontade.

Em todos os casos, independente da condição jurídica ou da cor do pai, é possível incluir uma terceira hipótese: “[...] o predomínio da maternidade africana que interfere na organização formal das famílias [...] diante da Igreja, a mãe escrava solteira que não nomeava o pai de seus filhos” (Fragoso, Guedes, & Sampaio, 2014, p. 7). Desse modo, é possível inferir que os pais não tivessem conhecimento da existência da criança por um desejo da mãe. A pesquisa não localizou dados suficientes para comprovar quaisquer das hipóteses consideradas.

No ano de 1893, não foi encontrado nenhum documento de alunas matriculadas. Ao observar o livro, encontramos algumas matrículas nessa data, porém estas não foram contabilizadas pelo fato de a pesquisa trabalhar a partir da documentação das alunas. Já no ano seguinte, em 1894, foi encontrado apenas um registro, que se refere à menina Georgete Pinheiro.

A documentação de Georgete é um pouco diferente daquela da maioria das meninas apresentadas neste artigo. Ela traz informações significativas sobre o pai e apenas menciona o nome e a cor da mãe, o que possibilitou identificá-la como negra. Seu documento de matrícula, no qual não consta assinatura, foi uma carta informando que seu pai José Henrique Pinheiro havia falecido em 21 de fevereiro de 1894, deixando 26 apólices de dívidas públicas, e que a menina fora entregue a seu irmão mais velho Manuel Henrique Pinheiro em 11 de fevereiro de 1895, tendo este assinado o termo de tutela da menor perante o juiz municipal de Niterói em 23 de outubro de 1895. Apesar de a missiva não mencionar a cor do pai, a pesquisa trabalha com a hipótese de que Georgete seria mais um caso de filha de mãe negra e pai branco, porém, ao contrário dos outros casos mencionados, a sua paternidade foi reconhecida. A carta não deixa claro se o irmão de Georgete também era filho de Maria da Conceição. Seu pedido de tutela da irmã indicia que ele era maior de idade na época. Não foi possível averiguar, no âmbito desta pesquisa, como a menina chegou à situação de precisar ser tutelada pelo irmão.

No final da carta, consta a informação de que Georgete era filha de Maria da Conceição e que esta era parda; além disso, há a informação de que a madrinha da menina se chamava Maria de Sá. O registro da matrícula no livro foi realizado na página 219, no dia 24 de abril de 1894, a pedido do governo do estado do Rio de Janeiro, porém na carta apresentada não há essa referência.

A aluna permaneceu na escola por oito anos, sendo retirada pelo sr. Emanuel Paulo Frank<sup>13</sup>, em 17 de outubro de 1902, para ser empregada na casa dele. Nota-se aí o caso de uma aluna que apresentou um histórico de vínculos familiares que, no

---

<sup>13</sup> Não foram localizadas informações sobre Emanuel Frank.



entanto, não foram capazes de garantir sua subsistência, tendo ela sido mais uma jovem carente atendida pela instituição e que, anos depois, sai para trabalhar como empregada doméstica. Há que se destacar que uma análise de fontes correlatas à documentação escolar – tais como testamento e inventário de José Henrique Pinheiro – pode lançar luz sobre o caso e confirmar ou não as hipóteses aqui sinalizadas.

Nos anos de 1895, 1896 e 1897 não foram localizados documentos. A próxima documentação localizada refere-se ao ano de 1898, e nela não havia elementos suficientes que auxiliassem na constatação da cor das matriculadas. O mesmo ocorreu com as quatro matrículas realizadas em 1899, uma delas feita por ordem da Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis. Já no ano de 1900, das dezessete matrículas, quinze foram realizadas da mesma forma. Em 1901, das duas matrículas, uma foi por meio da ação do Poder Executivo estadual. O documento foi expedido pela Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis e trazia as seguintes informações:

De ordem do Ilmo. Dr. Secretario, comunico-vos para os fins convenientes, que foi mandada admitir como pensionista do Estado na Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo ‘nome da menina’, ‘idade’, pobre, vacinada, não sofrendo de moléstia incurável ou contagiosa, filha ‘de nome dos pais’ (O Diretor, 1900, grifo nosso).

A partir desse documento foi possível saber o nome da criança, a idade, o nome dos seus pais e se foi vacinada. Contudo, não havia o nome do médico que a vacinou, se ela havia sido batizada e, principalmente, sua cor, sendo esta última a informação mais importante para esta pesquisa. Igualmente, não se pôde identificar a cor das quase vinte meninas matriculadas entre 1899 e 1901.

Não foi encontrada na própria documentação a razão pela qual a Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Petrópolis precisou agir para que essas meninas fossem matriculadas. Uma justificativa possível é que a escola estivesse com sua lotação máxima e que tais meninas não tivessem ‘protetores’ que pudessem solicitar sua admissão. A interferência do governo estadual nesses casos não é novidade, como se viu no exemplo de Maria Joaquina. Em 1900, o governo estadual requisitou sua saída da escola para tornar-se acompanhante de um senhor chamado José Thomaz de Almeida. A atuação do poder público, nesse cenário, é algo a ser melhor investigado, inclusive considerando as finanças da instituição.

A partir do século XX, houve uma diminuição significativa na quantidade de documentação arquivada nas pastas. A pesquisa trabalha com a possibilidade de que, a partir desse período, os documentos ficassem de posse das famílias ou tutores das alunas, e não mais na escola. Desse modo, o número de documentos das matriculadas na primeira década do século XX diminuiu bastante: foram 22. Só para efeito de comparação, na década de 1890, foi encontrada a documentação de quarenta meninas

matriculadas. Dasquelas 22 meninas matriculadas, apenas quatro foram identificadas como negras, e a cor das outras dezoito meninas não foi detectada.

A primeira menina negra que a pesquisa localizou, matriculada no século XX, foi Esperança, que, ao ingressar na escola, teve apresentada a certidão de nascimento, datada de 19 de outubro de 1891, identificando sua cor como parda; que o nascimento se dera no dia anterior, ou seja, 18 de outubro, por volta das três horas da tarde; e que a menina era filha legítima de Estevam dos Santos e Romana Fabiana dos Santos, ambos agricultores. Segundo informações do livro, a matrícula de Esperança foi registrada na página 345 no ano de 1902; como não foi mencionado o mês, não sabemos se ela já havia completado 11 anos. A solicitação de matrícula foi feita pela ‘sra. Baronesa Bemposta’<sup>14</sup>. A pesquisa não conseguiu localizar informações sobre os pais de Esperança além do fato de serem agricultores, como consta na certidão.

Como no caso de Gorete, e contrário à maioria das meninas pesquisadas, Esperança trazia em seu documento o nome do pai. Não é possível afirmar se eram vivos quando ela ingressou no Amparo. Não foram localizados documentos como certidão de batismo e atestado de vacina. No livro de matrícula, o espaço destinado às informações sobre vacina está em branco. A aluna foi retirada no dia 16 de maio de 1904, ano em que faria 13 anos, para ser empregada na casa de uma mulher identificada apenas como ‘viúva Lourdes’.

Não foram encontrados documentos de alunas nos anos de 1903, 1904 e 1905. No ano de 1906, foi localizada a documentação de sete alunas; destas, apenas uma foi identificada como negra; já nos documentos das outras seis alunas, não foi encontrado nenhum dado que possibilitasse identificar a cor. A única aluna negra identificada no período foi Rita, e seu documento de matrícula foi um pedaço de papel assinado em 1906 pelo dr. Sá Earp<sup>15</sup>. Nesse registro, o médico afirma que a menina era menor de 6 anos, de cor preta e que gozava de boa saúde; afirmava também que ela era paupérrima e que sua mãe estava em estado gravíssimo de saúde. O registro da matrícula de Rita foi realizado na página 373 no dia 4 de maio de 1906. No livro de matrícula, consta a

<sup>14</sup> Segundo o Instituto Histórico de Petrópolis, trata-se de “Luiza Amélia de Oliveira Werneck [...]. A partir da República ficou proibida, sob pena de acusação de alta traição e a suspensão de direitos políticos, a aceitação de foros de nobreza e condecorações estrangeiras sem a devida permissão do Estado brasileiro. Por respeito e tradição, especialmente aos nobres de maior destaque, foi permitido uso de seus títulos mesmo durante o regime republicano” (Gomes, 2012). A senhora que solicitou a matrícula de Esperança havia recebido o diploma de membro benfeitor da congregação em 9 de julho de 1901.

<sup>15</sup> Sá Earp é uma família de médicos, não sendo possível afirmar com exatidão qual deles teria assinado a declaração da menina. Ao buscar informações no site da Academia de Letras de Petrópolis, foi localizado o nome de três médicos da família, Arthur de Sá Earp, Arthur de Sá Earp Filho e Arthur de Sá Earp Netto. O médico Sá Earp Netto nasceu em Petrópolis em 1908, dois anos após a assinatura do documento, já Sá Earp Filho nasceu em 1883, tendo 23 anos na época em que a declaração foi assinada. Não foi possível saber se, com essa idade, ele já era médico. Ainda no site da Academia de Letras de Petrópolis há a informação de que Sá Earp Filho era filho de Arthur de Sá Earp, médico baiano que passou grande parte de sua vida em Petrópolis, clinicando e participando ativamente da política petropolitana. Diante dessa constatação, é mais provável que este tenha sido o médico que assinou a declaração de Rita.

informação de que a menina nasceu em 1901, que foi vacinada pelo dr. Arthur de Sá Earp e que era protegida do rev. dom João Braga<sup>16</sup>.

Não foi encontrada nenhuma documentação, como boletins de notas e relatórios, que fizessem menção à menina, além da citada acima. Há apenas um livro de notas das alunas, datado de 1890 a 1895, e o último relatório produzido pela direção que encontramos é de 1901, cinco anos antes da matrícula de Rita. Os registros encontrados deixam uma enorme lacuna sobre a trajetória de Rita.

A pesquisa localizou a documentação de duas alunas matriculadas em 1907, não sendo possível identificar se eram negras; e em 1908 não foram localizados documentos. No ano de 1909 foi encontrada a documentação de sete meninas; dentre estas, duas foram identificadas como negras e cinco não traziam em sua documentação elementos que possibilitassem à pesquisa identificar sua cor.

A primeira aluna negra identificada em 1909 foi Luiza, nascida em 4 de agosto de 1902 e batizada em 4 de outubro de 1902. Era filha natural de Carolina Joaquina do Nascimento, conforme certificou o vigário Rocha em 6 de julho de 1909. Em sua certidão de batismo, o pároco não fez referência à cor. O documento que possibilitou a identificação foi o atestado de vacina emitido em 31 de julho de 1909, no qual havia informação de que era parda. No livro de matrículas, a matrícula de Luiza foi realizada na página 64 no dia 17 de março de 1909, aos sete anos de idade, a pedido de dona Ignez Brand. Luiza foi registrada no livro com o sobrenome Nascimento, que é da mãe, e com o Leal, do qual não conseguimos encontrar a origem por não constar no documento o nome do pai. A requisição de retirada foi feita em 5 de novembro de 1922 para que ela fizesse companhia à avó; tinha então 20 anos de idade, sendo, entre as alunas pesquisadas, a que permaneceu mais tempo na escola, aproximadamente 12 anos.

Outra aluna encontrada foi Maria Aparecida, nascida em 19 de setembro de 1902 e batizada em 25 de outubro do mesmo ano, sendo filha legítima de Salustiano de Assis Veiga e Raula Veiga, conforme consta na certidão de batismo emitida pelo vigário Agostinho em 24 de janeiro de 1910. Foi apresentado também atestado de vacina emitido pelo Serviço de Prophylaxia Especifica da Variola, atestando que Maria Aparecida, de cor parda, foi vacinada no dia 20 de fevereiro de 1908<sup>17</sup>. O documento foi assinado pelo delegado de saúde.

A matrícula de Maria Aparecida foi realizada na página 79 do livro de matrícula no dia 27 de dezembro de 1909, por solicitação de sua mãe. Maria Aparecida foi a única entre as alunas pesquisadas que teve sua matrícula solicitada pela mãe. Também foi esta que solicitou sua retirada da escola em 15 de abril de 1910, ano em que completaria oito anos. De todas as 11 meninas, ela foi a que permaneceu menos tempo na instituição, aproximadamente quatro meses.

---

<sup>16</sup> Bispo de Petrópolis entre os anos de 1902 e 1907, quando foi transferido para a Diocese de Curitiba.

<sup>17</sup> Nesse período, o Brasil passava por um surto de febre amarela, sendo exigida a vacinação da população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento realizado pelos responsáveis pelas 11 meninas – Iria em 1890; Monica, Lia, Maria Ondina em 1891; Maria Joaquina e Dinorah em 1892; Georgete em 1894; Esperança em 1902; Rita em 1906; e Luiza e Maria Aparecida em 1909 – aqui apresentadas mostra quais caminhos foram percorridos para que elas fossem admitidas. O empenho em garantir a formação de suas filhas ou tuteladas negras vem na contramão do “[...] imaginário social brasileiro bastante arraigado pela crença de que a população negra só tenha tido acesso à escola nos idos dos anos cinquenta do século XX” (Muller, 2008, p. 89). As fontes aqui investigadas deixam evidente que o acesso aconteceu muito tempo antes.

A pesquisa buscou localizar o destino dessas meninas depois que saíram do Amparo. Das onze alunas que ingressaram na instituição a partir de 1889, Luiza e Maria Aparecida saíram para ficar com a avó e com a mãe, respectivamente; não foi localizado o destino de Iria e Dinorah devido à ausência da página no livro de matrículas. Monica, Lia e Maria Ondina saíram para fazer ‘companhia’ às pessoas que as retiraram, esta informação não deixa evidente se a ‘companhia’ era para ser empregada doméstica. Maria Joaquina, Georgete e Esperança saíram para ser empregadas domésticas; e sobre Rita não consta nenhuma informação que possibilitasse a esta pesquisa localizar o seu destino.

Segundo o regimento interno, as alunas só poderiam sair da instituição por conta própria ao completarem 21 anos. Antes disso, só se tivessem as devidas habilitações para serem empregadas em colégios de meninas ou em casa de família, desde que tivessem idade suficiente – no entanto, que idade seria essa não foi especificado. Antes dos 18 anos, só poderiam ser retiradas por pais, tutores e protetores, porém estes dois últimos precisariam solicitar a tutela da menina junto a um juiz. No entanto, as fontes revelaram que a maioria das meninas saiu antes de completar 21 anos, a que ficou mais tempo na escola tinha 20 anos. Duas jovens saíram por solicitação de algum membro da família, portanto poderiam sair com qualquer idade; quatro saíram para fazer ‘companhia’, umas delas por solicitação do Estado; duas saíram para ser empregada doméstica, uma delas aos 12 anos, a idade da outra não foi localizada. Não há informação nos documentos se todas as pessoas que solicitaram a retirada das educandas tinham a sua tutela.

Nenhuma das alunas pesquisadas saiu declaradamente para se casar ou ser professora, como almejava o fundador da instituição. O trabalho ‘Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil’, de Silvia Alicia Martínez, da Universidade Estadual do Norte Fluminense no Rio de Janeiro, e Maria João Mogarro, do Instituto Politécnico de Portalegre em Portugal, sugere alguns caminhos, pois analisa normalistas oriundas de asilos. Nesse trabalho, as pesquisadoras fazem menção à Escola Doméstica.

[...] a Escola Domestica de N. S. do Amparo, em Petrópolis, escola feminina fundada pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, esta, sim, explicitamente destinada – conforme os estatutos – a educar e instruir a infância desvalida, com a especial característica que, além de iniciar as meninas na prática do serviço doméstico, as habilitava para o exercício do magistério particular (Martínez & Mogarro, 2010, p. 49).

Não foi possível localizar o destino de três alunas; duas, porque as páginas de suas matrículas não foram encontradas, e uma porque em sua página de matrícula não consta informação referente ao seu destino. Diante da inexistência de quaisquer pistas nos documentos arquivados nas pastas disponibilizadas pela instituição para a pesquisa, é impossível afirmar se essas três alunas saíram para ser empregadas domésticas, ou ainda que tenham sido retiradas por suas famílias ou para fazer companhia a alguém.

Este estudo segue uma linha de pesquisa historiográfica que se filia à História da Educação dos Negros, segundo a qual, os negros, escravizados ou não, tiveram a possibilidade de acesso à educação muito antes de meados do século XX. Coincidindo com essa tese, nas investigações feitas durante a pesquisa da qual faz parte este artigo, foram identificadas meninas negras que ingressaram na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo entre os anos de 1889 e 1910. Pistas acerca de onde elas vieram, em que condições chegaram e como saíram da instituição foram encontradas e constituem um pequeno retrato qualitativo de quem eram essas alunas e como as recebia a Escola Doméstica. A pesquisa também identificou a diminuição dos dados que tornavam possível a determinação da cor das ingressantes, no entanto não conseguiu encontrar nas fontes a razão para tal diminuição.

Foram abordadas algumas das especificidades trazidas por essa parcela feminina da população que teve acesso a um tipo de escolarização em um momento em que a instrução de mulheres ainda era objeto de discussão e sofria muitas críticas. Mesmo que não tenha sido possível, a partir das fontes pesquisadas, descobrir o destino que estas receberam quando saíram da instituição, a pesquisa conseguiu ter acesso a algumas informações. Foi possível conhecer o conteúdo do que aprendiam; a data e a razão de sua saída; e seus nomes. Com esses dados, um pedaço de suas histórias pôde ser desvendado.

## REFERÊNCIAS

- Andrade, J. F. S. (1871). *Livro de matrículas* [manuscrito/mimeografado]. Petrópolis, RJ: Escola Domestica Nossa Senhora do Amparo.
- Baggio, H. *Padre Siqueira: uma resposta à educação do menor carente no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- Barros, A. B. (1893). *Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis: relatorio apresentado pelo cônego Amador Bueno de Barros no anno de 1893*. Rio de Janeiro: Typ. a vapor de Pereira Braga & C.
- Barros, A. B. (1894). *Primeiro relatorio do Collegio D. Carolina Tamandaré na capital de S. Paulo sob a direção das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. a vapor de Pereira Braga & C.
- Barros, A. B. (1887). *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1886*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Montenegro.
- Barros, A. B. (1889). *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1888*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. a Vapor de Pereira Braga & C.
- Barros, A. B. (1890). *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1889*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia Editora Fluminense.
- Barros, A. B. (1892). *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis durante o anno de 1891*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. a vapor de Pereira Braga & C.
- Barros, A. B. (1902). *Relatorio da Escola Domestica de Nossa Senhora do Amparo da cidade de Petropolis no anno de 1894*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Cotia, 1896.
- Bassanezi, M. S. (2009). Registros paroquiais e civis. In C. B. Pinsky, & T. R. Luca. (Org.), *O historiador e suas fontes* (p. 141-172). São Paulo, SP: Contexto.



- Carvalho, J. P. (ago. 1890). *Segunda via da certidão de batismo* [Pasta de documentos de 1890]. Sala Histórica da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo.
- Chalhoub, S. (2003). *Machado de Assis historiador*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- Conceição, C. I. (1901). *Relatorio da Escola Domestica de N. Senhora do Amparo durante os annos de 1898-1899-1900*. Rio de Janeiro, RJ: Typographia Leuzinger.
- O Diretor*. (1900).
- Dores, F. N. S. (1902). *Relatorio do Asylo Furquim em Vassouras durante os annos de 1898-1899-1900*. Rio de Janeiro, RJ: Typ. d'O Municipio.
- Fragoso, J., Guedes, R., & Sampaio, A. C. J. (2014). Introdução. In J. Fragoso, R. Guedes, & A.C. J. Sampaio. (Orgs.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental* (p. 1-9). Rio de Janeiro, RJ: Mauad.
- Ginzburg, C. (1989). Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In C. Ginzburg. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história* (p. 143-275). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Gomes, M. S. (2012). Titulares na Serra de Petrópolis – nobreza brasileira. Petrópolis, RJ: IHP. Recuperado de: [http://ihp.org.br/26072015/lib\\_ihp/docs/msg20120412.htm](http://ihp.org.br/26072015/lib_ihp/docs/msg20120412.htm)
- Hóstia, A. J. (2013). *O padre Siqueira: sua vida e sua obra*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leal, L. S. (2016). O acesso à instrução de meninas negras no Brasil República: Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo (1890-1910). In *Anais do 23º Encontro Estadual de História* (p. 1-14). São Paulo, SP.
- Leal, L. S. (2017). *A Escola Doméstica De Nossa Senhora do Amparo e o processo de escolarização de mulheres negras na Primeira República (1889-1910)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Lucindo, W. R. S. (2016). A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de afrodescendentes e o debate sobre educação. In M. V. Fonseca, & S. A. P. Barros. (Orgs.), *História da educação dos negros no Brasil* (p. 305-328). Niterói: EdUFF.
- Martínez, S. A., & Mogarro, M. J. (2010). Normalistas e meninas de asilo: origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil. *Sísifo*, (11), 45-54.
- Mattos, H. (2013). *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil século XIX* (3a ed. rev.). Campinas, SP. Editora da Unicamp.
- Muller, M. L. R. (2008a). *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá, MT: Entrelinhas.
- Muller, M. L. R. (2008b). *Educadores & alunos negros na Primeira República*. Brasília, DF: Ludens.
- Parisi Neto, R. (2003). *Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas: a institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889)* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, PUC, São Paulo.
- Pia, M. F. (1907). *Segundo livro de matriculas Escola D. de N. S. do Amparo* [manuscrito mimeografado]. Petrópolis, RJ: Escola Domestica Nossa Senhora do Amparo.
- Santo Deus, N., & Silva, R. E. (2014). *Padre Siqueira: escritos, crônicas e outros testemunhos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- Silva, A. M. P. (2012). A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. *Revista Brasileira de História da Educação*, 2(2[4]), 145-166.

**DANIEL FERRAZ CHIOZZINI** é Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pós-Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (EHPS/PUC-SP), onde atua como Professor Doutor. Investiga principalmente nos seguintes temas: História e Memória da Educação Brasileira, Educação e Ditadura Civil-Militar, Ensino Secundário, Escolas Experimentais e Ginásios Vocacionais. É um dos líderes do Grupo de Pesquisa História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira.

**E-mail:** danielchiozzini@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0002-9607-8130>

**LUCIANA SILVA LEAL** é Professora de História na Prefeitura Municipal de São Paulo, licenciada em História pela Universidade Nove de Julho, mestra em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo. Investiga principalmente os seguintes temas: História e cultura da população negra e afro-brasileira, História da Educação e História da escolarização da população negra e afro-brasileira.

**E-mail:** prof.lucianaleal@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0003-1441-5496>

**Recebido em:** 18.11.2021  
**Aprovado em:** 25.03.2022  
**Publicado em:** 01.07.2022

#### **Editores-associados responsáveis:**

Adlene Arantes  
E-mail: adlene.arantes@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7007-0237>

José Gonçalves Gondra  
E-mail: gondra.uerj@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-0669-1661>

Surya Aaronovich Pombo de Barros  
E-mail: surya.pombo@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-7109-0264>

#### **Rodadas de avaliação:**

R1: três convites; duas avaliações recebidas.

#### **Como citar este artigo:**

Chiozzini, D. F., & Leal, L. S. As alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (1889-1910). (2022). *Revista Brasileira de História da Educação*, 22. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e213>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).